

Política fiscal: a busca de novas metas via acordo com o FMI*

*Isabel Noemia Rückert**
Maria Luiza Blanco Borsatto***

No final de 1998, o Governo adotou o Programa de Estabilidade Fiscal (PEF), que agrupa, através de uma agenda de trabalho, todas as medidas, tanto estruturais quanto conjunturais. Esta tem como objetivo melhorar a situação fiscal e garantir a estabilização econômica, permitindo a retomada do crescimento sustentado.

Todavia as mudanças econômicas resultantes da intensa desvalorização cambial ocorrida nos primeiros meses do ano de 1999 levaram o Governo a alterar as metas acordadas em dezembro de 1998 com o FMI. Nesse sentido, foi firmado, em março de 1999, um segundo memorando de política econômica com as novas metas para os principais indicadores econômicos do País. No mês de junho de 1999, foi efetuada uma terceira avaliação desse acordo, e, após uma revisão do programa, foram divulgadas as principais alterações ocorridas.

Este texto objetiva descrever as mais importantes mudanças nos termos do acordo entre o FMI e o Governo no que se refere à questão fiscal. Examinam-se, também, a situação do déficit público consolidado e o comportamento da dívida líquida do setor público, medidos pelo Banco Central até abril de 1999. Além disso, analisam-se a situação das contas públicas e a evolução da arrecadação dos tributos federais até maio de 1999.

* O texto foi elaborado com informações obtidas até 05.07.99.

** Economista, Técnica da FEE

As autoras agradecem a colaboração dos colegas Edison Marques Moreira, Nubia Marques da Silva e dos estagiários Rita Lodeiro Müller e Nataniel Cezimbra Santos

1 - O ajuste fiscal e o FMI

O acordo firmado em dezembro de 1998 com o FMI sofreu uma revisão em março de 1999, e, no mês de junho, foi efetuada uma nova avaliação com a vinda dos representantes desse órgão. Na primeira revisão do acordo, existia uma expectativa de recessão maior. A queda do nível de atividade, estimada em 4%, foi alterada para 1%, e também a expectativa de inflação foi mudada de 16,8% ao ano para 12% ao ano (IGP-DI) nesse novo acordo.

Todavia, no que se refere ao resultado fiscal, o Governo manteve a mesma meta de um superávit primário do setor público para 1999 de 3,1% do PIB. Em termos de valor, houve um ajuste em vista das alterações da queda do nível de atividade e da taxa de inflação. Quanto ao déficit nominal, considerado apenas como meta indicativa, ocorreu uma redução em relação à estimativa anterior, passando de 10,34% para 9% do PIB, devido ao declínio das taxas de juros num ritmo maior do que o esperado.

Com relação à dívida líquida do setor público, registrou-se uma pequena alteração na estimativa inicial de 49,3% para 51% do PIB para 1999 em consequência do adiamento de algumas privatizações, na medida em que uma parcela dos recursos das privatizações, em nível federal, é destinada ao pagamento do serviço da dívida pública. No memorando anterior, a estimativa era de que as receitas com as privatizações atingiriam R\$ 27,8 bilhões em 1999. Esse montante foi reduzido para R\$ 13,2 bilhões. Até junho de 1999, o Programa Nacional de Desestatização (PND) já arrecadou R\$ 800 milhões nos leilões realizados. Nas licitações para as concessões de áreas de exploração de petróleo promovidas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), foram concedidos 12 blocos dos 21 ofertados, atingindo, em bônus de assinatura, R\$ 321 milhões. Para alcançar o montante estimado (R\$ 13,2 bilhões), até o final do ano o PND pretende privatizar 19 empresas estatais dos setores elétrico, bancário e de saneamento.

No que se refere ao ajuste fiscal proposto pelo Governo para aumentar suas receitas, uma das medidas adotadas — a cobrança da contribuição previdenciária de servidores inativos e de pensionistas da União, aprovada pelo Congresso Nacional — foi suspensa pela Justiça.

Por outro lado, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que voltou a vigorar a partir de 17.06.99, irá proporcionar um acréscimo de receita, ao longo dos próximos 12 meses, de R\$ 17 bilhões.

Um dos itens considerados importantes para a transparência fiscal é a Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentada ao Congresso em abril de 1999. Essa lei, além de estabelecer princípios de gestão fiscal responsável, determina fixa-

ção de limites para o endividamento do setor público e para as despesas com pessoal dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Nesse sentido, o Poder Legislativo, através da Lei Complementar nº 96, de 31.05.99, fixou limites para as despesas com pessoal para os três níveis de governo. Segundo essa lei, os gastos com pessoal da União não poderão passar de 50% da receita corrente líquida, e os com estados e municípios não deverão ultrapassar 60% da mesma.

O Governo adotou, ainda, uma medida, através de Decreto Presidencial, que é a fixação de normas para a demissão de funcionários públicos quando ocorrer excesso de gastos. A escolha dos funcionários será através do menor tempo de serviço, maior remuneração e menor idade. Esse projeto precisa ser votado no plenário do Senado.

2 - O resultado do déficit público

O déficit público consolidado, medido pelas Necessidades de Financiamento do Setor Público — pelo Banco Central “abaixo da linha” — no conceito nominal, obteve um resultado deficitário de R\$ 21,5 bilhões (6,87% do PIB) no período de janeiro a abril de 1999 contra um déficit de R\$ 17,0 bilhões (5,82% do PIB) no mesmo período de 1998. Esse montante não inclui a desvalorização cambial ocorrida nos primeiros meses de 1999 (Tabela 1).

O Governo Central (que inclui o Governo Federal, o Banco Central e as empresas estatais federais) obteve um déficit de R\$ 10,0 bilhões (3,21% do PIB), enquanto os governos regionais foram deficitários em R\$ 11,4 bilhões (3,66% do PIB) nos primeiros quatro meses do ano.

Em relação às necessidades de financiamento do setor público no conceito primário, que reflete de forma mais adequada o esforço fiscal do Governo, houve um superávit de R\$ 10,8 bilhões (3,5% do PIB).

Desse total de superávit primário atingido no período, a maior parcela, de R\$ 9,2 bilhões (2,95% do PIB), refere-se ao desempenho do Governo Central (incluindo Governo Federal, INSS, Banco Central e empresas estatais federais). O restante, R\$ 1,5 bilhão, diz respeito ao resultado obtido pelos governos regionais (estados e municípios).

As despesas com juros chegaram ao montante de R\$ 32,3 bilhões no primeiro quadrimestre de 1999 contra um valor de R\$ 21,1 bilhões no mesmo período do ano anterior, o que significou um crescimento de 53,0%.

Tabela 1

Necessidade de financiamento do setor público no Brasil — jan.-abr./98 e jan.-abr./99

DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABR/98		1998		JAN-ABR/99	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
1 - TOTAL NOMINAL	17 003	5,82	68 529	7,55	21 526	6,87
1 1 - Governo Central	8 822	3,02	47 288	5,21	10 066	3,21
1 1 1 - Governo Federal e Bacen (1)	9 417	3,23	45 368	5,00	10 431	3,33
1 1 2 - Empresas estatais federais	-595	-0,20	1 919	0,21	-365	-0,12
1 2 - Governos regionais	8 182	2,80	21 242	2,34	11 461	3,66
1 2 1 - Governos estaduais	6 896	2,36	16 510	1,82	9 377	3,00
1 2 2 - Governos municipais	-17	-0,01	2 027	0,22	843	0,27
1 2 3 - Empresas estatais estaduais						
	1 153	0,40	2 222	0,25	1 066	0,34
1 2 4 - Empresas estatais municipais	150	0,05	483	0,05	175	0,06
2 - TOTAL DE JUROS NOMINAIS	21 169	7,26	68 652	7,57	32 356	10,34
2 1 - Governo Central	13 881	4,76	50 117	5,53	19 298	6,17
2 1 1 - Governo Federal e Bacen (1)	14 196	4,87	50 427	5,56	19 204	6,14
2 1 2 - Empresas estatais federais	-315	-0,11	-311	-0,03	95	0,03
2 2 - Governos regionais	7 288	2,50	18 535	2,04	13 058	4,17
2 2 1 - Governos estaduais	5 600	1,92	12 746	1,41	9 759	3,12
2 2 2 - Governos municipais	1 149	0,39	4 033	0,44	1 967	0,63
2 2 3 - Empresas estatais estaduais						
	493	0,17	1 605	0,18	1 254	0,40
2 2 4 - Empresas estatais municipais	47	0,02	151	0,02	78	0,03
3 - TOTAL PRIMÁRIO	-4 166	-1,43	-122	-0,01	-10 830	-3,46
3 1 - Governo Central	-5 059	-1,74	-2 829	-0,31	-9 233	-2,95
3 1 1 - Governo Federal e Bacen	-6 034	-2,07	-12 255	-1,35	-11 484	-3,67
3 1 2 - INSS	1 255	0,43	7 196	0,79	2 711	0,87
3 1 3 - Empresas estatais federais	-280	-0,10	2 230	0,25	-460	-0,15
3 2 - Governos regionais	894	0,31	2 707	0,30	-1 597	-0,51
3 2 1 - Governos estaduais	1 296	0,44	3 764	0,41	-382	-0,12
3 2 2 - Governos municipais	-1 166	-0,40	-2 006	-0,22	-1 123	-0,36
3 2 3 - Empresas estatais estaduais						
	661	0,23	617	0,07	-188	-0,06
3 2 4 - Empresas estatais municipais	103	0,04	332	0,04	97	0,03

FONTE: NOTA PARA A IMPRENSA: política fiscal (1999) Brasília : Bacen, jun.

NOTA: 1 Dados sem desvalorização cambial.

2 Dados preliminares para 1998 e 1999.

3 Reflete a relação dos fluxos com o PIB, ambos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI.

4 O sinal negativo indica superávit.

(1) Inclui o INSS.

Ressalte-se, no entanto, que a meta trimestral acordada com o FMI para o resultado primário — superávit de R\$ 6 bilhões para o setor público consolidado — foi cumprida, tendo o superávit primário atingido R\$ 9,2 bilhões no período. Em vista desse desempenho, o Governo está otimista quanto à possibilidade de o setor público apresentar um expressivo superávit primário até o final deste ano.

3 - O resultado primário do Governo Central¹

O Governo Central vem, desde janeiro de 1999, apresentando com maior grau de detalhe os seus resultados. Essa nova metodologia adotada pelo Ministério da Fazenda “acima da linha” deu maior transparência às contas públicas. Além do comportamento do Tesouro Nacional, incluiu também os resultados da Previdência Social e também do Banco Central.

Fazendo uma análise dos dados, medidos por esse conceito, verificou-se que, nos cinco primeiros meses de 1999, o resultado primário do Governo Federal alcançou um superávit de R\$ 9 bilhões a preços de maio de 1999, quando ultrapassou em 108,6% o arrecadado em 1998, atingindo R\$ 4,3 bilhões. Desse total, o Tesouro Nacional contribuiu com R\$ 12,4 bilhões, superando em 111,79% o montante alcançado em 1998, e a Previdência Social (RGPS) apresentou um resultado deficitário de R\$ 3,4 bilhões, excedendo em 120,74% o obtido em 1998 (Tabela 2).

A receita total atingiu R\$ 83,0 bilhões de janeiro a maio de 1999, apresentando um crescimento de 1,16% em relação ao mesmo período de 1998, quando totalizou R\$ 82,1 bilhões. Na composição da receita do Tesouro, as administradas somaram R\$ 55,6 bilhões, superando em 3,34% às recolhidas no mesmo período de 1998. Como já foi comentado anteriormente (RÜCKERT, BORSATTO, 1999), parte do acréscimo dessas receitas foi conseqüência da entrada de recursos excepcionais, bem como do recolhimento de depósitos judiciais, que totalizou R\$ 723 milhões no acumulado de jan.-maio/99.

As demais receitas apontam um crescimento de 12,71%, em relação ao mesmo período de 1998, somando R\$ 7,1 bilhões. Os recursos dessa conta são provenientes, principalmente, das amortizações da Conta Petróleo (R\$ 1,4 bilhão) e da entrada de recursos oriundos da antecipação da parcela relativa à venda do Sistema Telebrás referentes à Banda B (R\$ 3,8 bilhões).

¹ Os valores de 1998 e 1999 incluídos no texto foram inflacionados pelo IGP-DI da FGV, a preços de maio de 1999.

Tabela 2

Resultado primário do Governo Central — jan.-maio/98 e jan.-maio/99

DISCRIMINAÇÃO	JAN-MAIO/98 (R\$ milhões)	JAN-MAIO/99 (R\$ milhões)	$\Delta\%$ <u>1999</u> 1998
A - RECEITA TOTAL	82 087,5	83 041,6	1,16
A.1 - Receita do Tesouro	62 468,5	64 506,1	3,26
A.1.1 - Administrada bruta	53 841,2	55 637,2	3,34
A.1.2 - Restituições (-)	-313,3	-647,7	106,75
A.1.3 - Diretamente arrecadada	3 107,4	2 797,6	-9,97
A.1.4 - Demais	6 325,7	7 129,5	12,71
A.1.5 - Incentivos fiscais	-492,5	-410,6	-16,62
A.2 - Receitas da Previdência Social	19 619,0	18 535,5	-5,52
B - DESPESA TOTAL	-77 752,7	-73 999,9	-4,83
B.1 - Transferências a estados e municípios	-13 344,1	-14 673,5	9,96
B.2 - Benefícios previdenciários	-21 160,3	-21 937,8	3,67
B.3 - Despesas da Administração Federal	-42 445,0	-36 465,4	-14,09
B.3.1 - Pessoal e encargos	-20 995,5	-19 202,1	-8,54
B.3.2 - Despesas de custeio e capital	-21 449,5	-17 263,3	-19,52
B.3.2.1 - Abono e seguro-desemprego	-1 882,8	-2 061,4	9,49
B.3.2.2 - Desapropriação de terra para re- forma agrária	-117,5	-78,7	-33,06
B.3.2.3 - Outras despesas de custeio e de capital	-19 449,2	-15 122,1	-22,25
B.4 - Subsídios e subvenções	-803,4	-923,2	14,91
C - RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (A - B)	4 334,8	9 042,6	108,60
C.1 - Resultado do Tesouro Nacional	5 876,1	12 445,0	111,79
C.2 - Resultado da Previdência Social (RGPS) (1)	-1 541,3	-3 402,3	120,74
D - RESULTADO DO BANCO CENTRAL (2)	-291,2	-282,7	-2,90
E - RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (C + D)	4 043,7	8 786,8	-132,8
F - RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,0	2,2	117,30

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado fiscal do governo central. [online] Disponível na Internet via [WWW.URL: http://www.stn.fazenda.gov.br/download/nimmai99.exe](http://www.stn.fazenda.gov.br/download/nimmai99.exe). Arquivo capturado em 29 de junho 1999.

NOTA: 1. Dados revistos sujeitos à alteração.

2. Os valores de 1998 e 1999 foram inflacionados pelo IGP-DI da FGV, a preços de maio de 1999.

(1) Receita de contribuição menos benefícios previdenciários. (2) Operações quase-fiscais do Banco Central.

O recolhimento das receitas da Previdência Social de janeiro a maio de 1999 apresentou uma queda de 5,52% em relação ao mesmo período de 1998, totalizando R\$ 18,5 bilhões contra R\$ 19,6 bilhões no exercício anterior.

Quanto à despesa total, esta apresentou um decréscimo de 4,83% nos primeiros cinco meses de 1999, somando R\$ 74,0 bilhões, contra R\$ 77,8 bilhões nos mesmos meses de 1998. Destaca-se que houve queda nesse item, apesar dos incrementos nos gastos da União decorrentes de vinculações e de transferências constitucionais.

As transferências a estados e municípios apresentaram acréscimo de 9,96% em relação a 1998, atingindo, nos primeiros cinco meses, R\$ 14,7 bilhões, em parte, em consequência do incremento na arrecadação dos tributos que compõem os fundos constitucionais.

Os gastos com benefícios previdenciários aumentaram 3,67%, se comparados a igual período de 1998, passando de R\$ 21,2 bilhões para R\$ 21,9 bilhões em 1999, em função do reajuste do salário mínimo e do crescimento quantitativo de benefícios.

As despesas da Administração Federal, no período analisado de 1999, apresentaram uma significativa redução de 14,09%, correspondendo a R\$ 36,5 bilhões contra R\$ 42,6 bilhões nos mesmos meses de 1998. Entre os fatores que influenciaram esse resultado estão as quedas de 8,52% nos gastos com pessoal e encargos e de 19,52% nas despesas de custeio e de capital. Nesta última, aponta-se o significativo decréscimo de outras despesas de custeio e de capital, de 22,25%, fazendo com que o gasto no período de 1999 passasse de R\$ 15,1 bilhões para R\$ 19,5 bilhões nos mesmos meses de 1998, em virtude do cumprimento do Decreto de Programação Financeira (Decreto nº 3.031/99).

Destaca-se também o crescimento dos subsídios e subvenções nos cinco primeiros meses de 1999, que atingiu R\$ 923,2 milhões, superando em 14,91% o do mesmo período de 1998. A justificativa para essa elevação está no incremento nos subsídios implícitos nos financiamentos dos fundos regionais, principalmente no Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), e nas despesas com o Programa das Operações Oficiais de Crédito (POOC), mais especificamente no Programa de Financiamento das Exportações (Proex).

Considerando-se apenas o resultado primário das contas do Governo Federal no mês de maio de 1999, este registrou um resultado deficitário de R\$ 738,6 milhões, sendo o primeiro desempenho negativo no ano. As principais razões para o resultado desfavorável desse mês foram os déficits da Previdência

e do Tesouro Nacional. No caso da Previdência, a receita não conseguiu cobrir a despesa, tendo atingido um déficit de R\$ 650,7 milhões pelo ajuste do salário mínimo. No caso do Tesouro Nacional, que atingiu R\$ 97,9 milhões, foi consequência, principalmente, do acréscimo de gastos nas despesas de custeio e de capital, notadamente nas outras despesas de custeio e de capital (OCC), que somaram, no mês, R\$ 3,5 bilhões.

Para reverter o déficit apresentado no mês de maio de 1999, o Governo Central resolveu adotar medidas para diminuir os gastos excessivos no quadro de pessoal através de decreto presidencial, ainda a ser editado. A expectativa do Governo é economizar cerca de R\$ 7,8 bilhões neste ano.

4 - A arrecadação dos tributos federais

Nos cinco primeiros meses de 1999, a arrecadação de impostos e de contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e das demais receitas alcançou R\$ 59,1 bilhões a preços de maio de 1999, se comparada com a do mesmo período de 1998, quando apresentou uma queda de 4%, atingindo R\$ 61,5 bilhões (Tabela 3).

Entre os tributos administrados pela SRF que vêm mantendo desempenho positivo e influenciaram fortemente na arrecadação desse período estão: o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), notadamente em seus desdobramentos — remessa para o Exterior e rendimento de capital —, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a Contribuição para Seguridade Social (Cofins). O IRRF-remessa para o Exterior mostrou um crescimento de 68,60% nos primeiros cinco meses, atingindo o valor de R\$ 1,4 bilhão contra R\$ 813,7 milhões em 1998. Esse imposto teve sua arrecadação influenciada pela elevação no volume de remessas ao Exterior e pelas alterações nas taxas de câmbio vigentes no País. Da mesma forma, o IRRF-rendimentos de capital elevou seu recolhimento em 29,55%, passando de R\$ 5,3 bilhões em 1998 para R\$ 6,8 bilhões em 1999. Nesse caso específico, o crescimento ocorrido é consequência da extensão da tributação sobre aplicações financeiras de renda fixa às chamadas operações de cobertura (*hedge*) e da mudança na sistemática de tributação dos fundos de renda fixa.

Tabela 3

Arrecadação das receitas federais — jan.-maio/98 e jan.-maio/99

DISCRIMINAÇÃO	JAN-MAIO/98 (R\$ milhões)	JAN-MAIO/99 (R\$ milhões)	Δ%
			1999 1998
Imposto sobre Importação	2 757,8	2 896,1	5,01
Imposto sobre Produtos Industrializados	7 315,3	6 453,6	-11,78
Fumo	1 195,7	1 070,0	-10,51
Bebidas	1 042,3	874,2	-16,13
Automóveis	459,3	197,4	-57,02
Vinculado à importação	1 792,0	1 765,0	-1,51
Outros	2 826,0	2 547,0	-9,87
Imposto sobre a Renda Total	21 525,9	22 780,8	5,83
Pessoa física	1 557,8	1 499,7	-3,73
Pessoa jurídica	6 823,4	6 262,6	-8,22
Entidades financeiras	1 472,7	1 469,3	-0,23
Demais empresas	5 350,7	4 793,3	-10,42
Imposto de renda retido na fonte	13 144,7	15 018,5	14,26
Rendimentos do trabalho	6 356,4	6 000,1	-5,61
Rendimentos de capital	5 246,2	6 796,2	29,55
Rendimentos para o Exterior	813,7	1 371,9	68,60
Outros rendimentos	728,4	850,3	16,74
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	1 876,0	2 587,2	37,91
Imposto Territorial Rural (ITR)	80,3	55,7	-30,64
Contribuição Provisória sobre Movimenta- ção Financeira (CPMF)	3 539,7	741,4	-79,05
Contribuição para Seguridade – Cofins	8 208,6	10 456,9	27,39
Contribuição para o PIS/PASEP	3 309,2	4 606,5	39,20
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	3 656,8	3 593,6	-1,73
Contribuição Plano Seg. Soc. Servidores	1 166,5	1 227,2	5,20
Contribuição para o FUNDAF	179,6	166,2	-7,46
Outras receitas administradas	225,6	96,4	-57,27
Receita administrada pela SRF	53 841,3	55 661,6	3,38
Demais receitas	7 697,1	3 417,8	-55,60
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	61 538,4	59 079,4	-4,00

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria da Receita Federal. Análise da Arrecadação das Receitas Federais: maio 99 [online]. Disponível na Internet via WWW.URL <http://www.fazenda.gov.br/publico/arre/NOTMA199.doc>. Arquivo capturado em 1 jun. 1999.

NOTA: Os valores de 1998 e 1999 foram inflacionados pelo IGP-DI da FGV a preços de maio de 1999.

O IOF, no período analisado, também apresentou crescimento de 37,91% na arrecadação, passando de R\$ 1,9 bilhão em 1998 para R\$ 2,6 bilhões em 1999. Esse aumento reflete a incidência desse imposto nas aplicações financeiras em fundos de investimento à alíquota de 0,38% e no aumento de 0,38 pontos percentuais em operações de crédito, tanto no caso de pessoas físicas como jurídicas. Essa medida entrou em vigor em 24.01.99 substituindo a CPMF, extinta em 23.01.99. Outro destaque de arrecadação nos primeiros cinco meses de 1999 foi a Cofins, que apresentou um crescimento de 27,39%, atingindo R\$ 10,6 bilhões em 1999, comparado aos R\$ 8,2 bilhões no mesmo período do exercício anterior. Esse aumento decorreu da alteração de alíquota de 2% para 3%, a partir de março de 1999 (Lei nº 9.718/98), e do início do pagamento da contribuição pelas entidades financeiras.

Entre os impostos que vêm apresentando resultados negativos está o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), principalmente o IPI-automóveis, que vem perdendo sua participação, alcançando 57,02% na arrecadação nos primeiros cinco meses de 1999, quando totalizou R\$ 197,4 milhões contra R\$ 459,3 milhões em 1998. Essa redução, que vem ocorrendo desde meados do exercício passado, é reflexo da queda de 19,03% no volume de vendas de veículos e do decréscimo das alíquotas aplicadas em carros médios e pequenos (Decreto nº 2.980/99).

Cabe salientar, também, a significativa queda de 55,60% na arrecadação das demais receitas no período de janeiro a maio de 1999, quando atingiu R\$ 3,4 bilhões contra R\$ 7,7 bilhões no mesmo período de 1998. Como já foi analisado em outros textos, essas receitas referem-se a recolhimentos atípicos, tais como as das privatizações, que não existiam antes de 1998 e que, certamente, não se repetirão, de forma significativa, após 1999.

5 - O comportamento da dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público, a qual representa o total das dívidas e os créditos do setor público não financeiro mais o Banco Central, subiu de R\$ 388,6 bilhões (o equivalente a 42,6% do PIB) em dezembro de 1998 para R\$ 467,8 bilhões (51,9% do PIB) até abril de 1999 (Tabela 4).

Considerando os diferentes níveis de governo, observa-se que o Governo Federal e o Banco Central são os responsáveis pela maior parcela desse total, registrando um endividamento de R\$ 287,2 bilhões (29,5% do PIB); os governos estaduais e os municipais, R\$ 147,9 bilhões (15,2% do PIB); e as empresas estatais atingiram uma dívida líquida de R\$ 32,6 bilhões (3,4% do PIB).

Tabela 4

Dívida líquida do setor público do Brasil — 1997/99

DISCRIMINAÇÃO	1997		1998		1999 (1)	
	Saldos R\$ milhões	% do PIB	Saldos R\$ milhões	% do PIB	Saldos R\$ milhões	% do PIB
1 - DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA ..	278 070	31,1	328 693	36,0	366 864	37,7
1.1 - Governo Federal e Bacen ..	150 254	16,8	192 455	21,1	213 580	21,9
1.1.1 - Títulos públicos federais	252 286	28,2	322 624	35,4	364 623	37,5
1.1.2 - Outras dívidas ..	-102 032	-11,4	-130 169	-14,3	-151 043	-15,5
1.2 - Governos estaduais e mu- nicipais ..	113 748	12,7	124 757	13,7	139 462	14,3
1.2.1 - Dívida mobiliária líqui- da (2) ..	40 768	4,6	22 208	2,4	23 015	2,4
1.2.2 - Outras dívidas ..	72 980	8,2	102 549	11,2	116 447	12,0
1.3 - Empresas estatais ..	14 069	1,6	11 481	1,3	13 822	1,4
2 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	114 725	12,8	59 974	6,6	100 997	10,4
2.1 - Governo Federal e Bacen (3)	80 045	8,9	38 803	4,3	73 666	7,6
2.2 - Governos estaduais e mu- nicipais ..	10 163	1,1	6 148	0,7	8 457	0,9
2.3 - Empresas estatais ..	24 517	2,7	15 023	1,6	18 874	1,9
3 - DÍVIDA TOTAL (1+2)	392 797	43,9	388 667	42,6	467 861	48,1
3.1 - Governo Federal e Bacen ..	230 299	25,7	231 258	25,4	287 246	29,5
3.2 - Governos estaduais e mu- nicipais ..	123 912	13,9	130 905	14,4	147 918	15,2
3.3 - Empresas estatais ..	38 586	4,3	26 504	2,9	32 696	3,4

FONTES: NOTA PARA A IMPRENSA: política fiscal (1999). Brasília: Bacen, jun.

(1) Saldos até abril de 1999. (2) Dívida mobiliária emitida menos títulos em tesouraria. (3) Líquida de reservas internacionais.

Do total da dívida líquida do setor público, a maior parcela (78,4%) é representada pela dívida interna líquida. Nesse percentual está incluída a dívida mobiliária federal fora do Banco Central, que somou o montante de R\$ 372,9 bilhões até maio de 1999, o que significou um aumento de 15,1% em comparação com dezembro de 1998.

Até dezembro de 1998, os papéis remunerados pela taxa Selic equivaliam a 69,1% do total, e aqueles indexados pela correção cambial, a 21,0%, passando, no mês de maio de 1999, para 65,0% e 24,8% respectivamente. Já os títulos prefixados, que representavam 3,5% do total no final do ano de 1998,

subiram para 5,1% em maio de 1999. Essa alteração ocorreu devido ao fato de que o Governo começou, principalmente a partir de março deste ano, a aumentar gradualmente o volume de títulos prefixados, efetuando mais leilões de Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Bônus do Banco Central (BBCs). A idéia é alterar o perfil da dívida mobiliária, aumentando os prazos de resgate.

Além disso, a política de queda gradativa dos juros que o Governo vem adotando desde março de 1999 deverá reduzir os encargos da dívida interna. Neste último mês, a taxa de juros alcançou o patamar de 45% a.a. e foi diminuindo gradualmente até chegar a 21% a.a. no final do mês de junho de 1999. O Governo considera que ainda há espaço para uma redução maior dessa taxa, mantendo, por isso, o viés de baixa.

Por sua vez, a dívida externa, que representa 21,6% do total, registrou um crescimento significativo nos primeiros quatro meses do ano de 1999. A desvalorização do real nesse período fez com que essa dívida crescesse.

Na revisão do acordo com o FMI, o Governo prevê uma redução gradual da participação da dívida externa e da dívida interna indexada ao câmbio na dívida pública total e uma expansão da dívida interna. Isso significa que o Governo quer diminuir do total do endividamento aquelas parcelas sujeitas aos impactos das desvalorizações cambiais.

6 - Considerações finais

O Governo está otimista quanto à possibilidade de atingir as metas acordadas com o FMI para o resultado fiscal. O esforço fiscal mais significativo virá do Governo Central. Para isso, o Governo já efetuou uma série de medidas, com o objetivo de aumentar as receitas e conter os gastos.

No que se refere à arrecadação tributária, a perspectiva é de melhora a partir de julho, já que, em fins de junho de 1999, voltou a vigorar a CPMF. Todavia é importante ressaltar que essa contribuição, juntamente com as contribuições previdenciárias sobre inativos e pensionistas do Governo Federal estão sendo contestadas na Justiça, o que pode significar uma redução nas expectativas das receitas do Governo.

Quanto ao controle de despesas, ao que parece, estão sendo tomadas medidas mais efetivas para contenção do gasto público, principalmente no item outras despesas de custeio e de capital, onde é possível efetuar maiores cortes. O Governo também está analisando um ajuste para contrair seus dispêndios com pessoal através da regulamentação da reforma administrativa. No entanto uma parcela significativa das despesas é considerada incompressível, ou seja, o

Governo não tem muito raio de manobra para contrai-la, entre elas estão: transferências constitucionais, salários e benefícios e encargos financeiros.

Um outro problema para o desempenho fiscal favorável é o déficit da Previdência, pois a arrecadação não tem coberto os gastos. A reforma nessa área foi aprovada e regulamentada, mas o Governo pretende rever alguns de seus pontos, uma vez que estes ainda não foram aplicados.

Nesse sentido, ainda que os resultados na área fiscal nos primeiros meses do ano tenham sido favoráveis e indiquem o cumprimento das metas acordadas com o FMI, a situação não deverá ser tão fácil para o Governo nos próximos meses, devendo o mesmo efetuar um esforço fiscal significativo para atingi-las.

Além do que, no médio e no longo prazo, o Governo continuará na dependência da regulamentação das reformas constitucionais, administrativa, previdenciária e de uma definitiva proposta de reforma tributária para viabilizar o ajuste fiscal requerido.

Bibliografia

BNDES. Resultados da Privatização. Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.bndes.gov.br/pndnew.html>. Arquivo capturado em 6 jun. 1999.

CONJUNTURA ECONÔMICA (1999). Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, v.53, n.4, n.5, abr./maio.

INDICADORES IESP (1999). São Paulo : FUNDAP/IESP, v.8, n.71, mar./abr.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Banco Central do Brasil. Informações Econômicas. Nota para a imprensa (Resultados Fiscais) 15.06.99 [online] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.bcb.gov.br/htmls/notecon3.htm>. Arquivo capturado em 16 jun. 1999.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria da Receita Federal. Análise da arrecadação das receitas federais: maio 99 [online] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/NOTMAI99.doc>. Arquivo capturado em 15 jun. 1999.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria de Política Econômica. Boletim de Acompanhamento Econômico: maio 99 [online] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/orgaos/spe/spe32d.htm>. Arquivo capturado em 16 jun. 1999.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado fiscal do governo central: maio 99 [online] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.stn.fazenda.gov.br/download/nimmai99.exe> Arquivo capturado em 29 jun. 1999.

RÜCKERT, Isabel Noemia, BORSATTO, Maria Luiza Blanco (1999). Política fiscal: o novo programa de ajuste. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.27, n. 1.